

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001232-54.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Auto Posto Riviera de São Carlos Ltda e outros**  
 Embargado: **Raizen Combustíveis S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO Nº 1000590-18.2017**

Vistos.

**AUTOPOSTO RIVIERA DE SÃO CARLOS LTDA, FABRÍCIO DE SOUSA e CAROLINA DOS SANTOS FUNERO DE SOUSA** moveram os presentes **EMBARGOS À EXECUÇÃO** nº 1012760-56.2016, movida por **RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduzem os embargantes, o que a confissão de dívida exequenda foi pactuada entre o coembargante AutoPosto e a executada Raizen, tendo como fiadores os representantes legais e coembargantes Fabrício e Carolina, que deram em hipoteca os imóveis de matrículas nº 83.692 e 36.596, ambos registrados no CRI de Piracicaba. Sustentam, ainda, que adquiriram o AutoPosto sem o conhecimento da existência de dívidas e que para continuar com a atividade foi necessário firmar o contrato de confissão de dívida. Pontuaram que os imóveis dados em hipoteca também constam em nome de outras pessoas que são, portanto, devedores solidários. Pediram outrossim, o indeferimento da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

petição inicial, alegando que a mesma veio desprovida de demonstrativo detalhado. Requereram o chamamento ao processo de Alexandre, João Carlos e Joel Olla, também proprietários dos imóveis, o indeferimento da inicial da execução em razão da ilegalidade dos documentos juntados e, por fim, a procedência dos embargos.

Documentos carreados às fls. 16/156.

O pedido de suspensão da execução foi afastado pela decisão de fls. 187.

A embargada apresentou contestação às fls. 193/199 sustentando que a execução preenche todos os requisitos formais, que os embargantes assinaram o contrato de confissão de dívida de forma livre e consciente e que é inadmissível no caso.

As partes foram instadas a produzir provas. A embargada pediu o julgamento antecipado e os embargantes não se manifestaram.

Eis o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

Trata-se de embargos à execução opostos por Raizen Combustíveis. O feito está amparado em um débito advindo de um contrato de confissão de dívida firmado com o coembargante AUTOPOSTO RIVIERA DE SÃO CARLOS LTDA. Os coembargantes Fabrício e Carolina figuram no polo passivo da execução por conta da garantia (fiança) prestada na avença.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A princípio cabe deixar consignado que a execução preencheu os requisitos formais e que, portanto, a tese pelo indeferimento da petição executória deve ser afastada de plano. Ademais, a planilha de cálculo trazida com a inicial da execução atende aos fins previstos no artigo 798, I, "b", do CPC.

Também não há como acolher o chamamento ao processo, instituto incabível no processo de execução, por ser exclusivo das ações de conhecimento.

Nesse sentido:

Locação. Execução de contrato de locação. Alegação de que o fiador é parte ilegítima, porque não participou da ação de despejo. Inaplicabilidade da súmula 286 do STJ, pois o caso é de execução do contrato de locação, não de cumprimento de sentença na ação de despejo. Renúncia expressa ao benefício de ordem. **Chamamento ao processo incabível no processo de execução.** Recurso desprovido (TJSP, Apelação 1009118-03.2014.8.26.0451, Rel. Des. Pedro Baccarat, DJ 09/05/2018 - destaquei).

Passo à análise do mérito.

Os embargantes não negam que devem. Vieram aos autos se limitando a sustentar que a dívida foi contraída para que fosse possível a continuação de suas atividades empresariais.

A tese do chamamento já foi afastada alhures. Ademais, o fato de os imóveis constarem em nome de outras pessoas não tem força para desconstituir o título executivo, uma vez que nas próprias matrículas consta expressamente que foram dados em hipoteca para garantir dívida do embargante AutoPosto Riviera (a respeito confira-se especificamente R.06 da matrícula nº 83.692 – fls. 138/139, e R.8 da matrícula nº 39.596 – fls. 148).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, havendo clara confissão em relação à dívida a única solução possível é a improcedência dos embargos.

\*\*\*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos e condeno os embargantes no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, observando o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Depois do trânsito em julgado, certifique-se na execução o aqui decidido, juntando cópia desta sentença.

P.I.

São Carlos, 25 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**